

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.414.113 - MT (2018/0327986-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : SERVIO TULIO DE BARCELOS - MT014258A
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA E OUTRO(S) -
MT019081A
AGRAVADO : JANDIR PEZZINI
ADVOGADOS : LUCIA HELENA RODRIGUES DA SILVA BENSI - MT004456
BEATRIZ SILVA BENSI E OUTRO(S) - MT024897
ULYSSES COELHO OHLAND - MT025317

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 495-496):

APELAÇÃO CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDEBITO E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. BANCO DEVEDOR REPRESENTADO POR VÁRIOS ADVOGADOS. INTIMAÇÃO PELO DJE PARA PAGAR DÉBITO. INEXISTÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AO CÁLCULO. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO ESPONTÂNEO. CONSTRIÇÃO ATRAVÉS DO BACENJUD. PAGAMENTO EFETIVADO MEDIANTE ALVARÁ JUDICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO. NULIDADE DA PUBLICAÇÃO DA INTIMAÇÃO DO BANCO DEVEDOR ATRAVÉS DE UM ADVOGADO. VÁRIOS PROCURADORES COM PODERES IGUAIS. AUSÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO PARA INTIMAÇÃO EXCLUSIVA DE ADVOGADO SUBSTABELECIDO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

- "A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que, não havendo pedido expresso de exclusividade da intimação em nome de um dos causídicos, como ocorre neste caso, é válida a intimação feita em nome de um dos advogados constituídos nos autos. 2. Agravo regimental a que se nega provimento." (STJ, CORTE ESPECIAL, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, AgRg no MS 17.231/RS, julgado em 20/11/2013, DJe 26/11/2013).

- In casu, o Subscritor da petição de fls. 308, não requereu

expressamente que todas as intimações futuras fossem efetuadas 'somente' na sua pessoa ou 'apenas' nas pessoas dos treze novos advogados que receberam o substabelecimento 'com reservas de iguais' do Advogado Subscritor, o qual foi intimado do despacho do Juízo de Primeiro Grau de fls. 368, prolatado em 10/02/2015 para que o Banco Apelante efetuasse o pagamento do débito apresentado pelo Credor Apelado, 'no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento), nos termos do artigo 475-J do CPC e prosseguimento do feito com a expropriação de bens. (sic), através do DJE nº 9498, pág. 744, disponibilizado em 17/03/2015, impresso em anexo, parte integrante deste voto.

- Inexistência de nulidade da intimação do Banco Apelante efetivada através de um dos procuradores com plenos poderes nos autos. Sentença de extinção do processo mantida. Recurso desprovido.

Nas razões de recurso especial, a parte ora agravante aponta violação dos arts. 236, § 1º, do Código de Processo Civil de 1973 e 272, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, além de divergência jurisprudencial.

Sustenta que "diante da ausência de publicação em nome dos advogados mesmo após requerimento de seu cadastramento conforme petição de fls. 253/255, o Executado não teve a oportunidade de manifestar-se quanto à decisão o intimou para se manifestar sobre os cálculos unilaterais apresentados pelo autor ocasionando explícito cerceamento de defesa, motivo pelo qual requer sejam declarados nulos todos os atos processuais praticados após o despacho de vista as partes do retorno dos autos do Egrégio Tribunal de Justiça, determinando-se a regular tramitação ao feito com intimação dos procuradores, agora nomeados conforme procuração anexa e sua intimação para prática dos atos processuais cabíveis" (e-STJ, fl. 539).

Contrarrazões às fls. 552-557 (e-STJ), pelo não provimento do recurso especial.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 560-563 (e-STJ).

Contraminuta apresentada às fls. 581-585 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade

do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Quanto à apontada ofensa aos arts. 236, § 1º, do Código de Processo Civil de 1973 e 272, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, observo que o Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu que não houve pedido expresso por parte do Dr. Nagib Kruger - OAB/MT 4.419 acerca das futuras intimações, assim se pronunciando (e-STJ, fls. 500-503):

Constato às fls. 308 a 310 TJ dos autos, que no dia 11/02/2011 foi protocolado pelo novo Patrono do Banco Apelante - DR. NAGIB KRUGER - OAB/MT 4.419, a petição pugnando pela juntada da procuração ad judicia e substabelecimento outorgado em 16/09/2010, em sede do RAC N° 124105/2009 e em seguida apresentou as contrarrazões ao REsp enviado ao E. Superior Tribunal de Justiça, fls. 312/317 TJ.

Logo após ao segundo julgamento do RAC acima, ocorrido em 26/03/2014, fls. 354/358, em cumprimento à decisão monocrática proferida em 27/11/2013 no REsp n° 1.298.634 — MT (2011/0299770-6), pela DD. Relatora Ministra Maria Izabel Gallotti, de fls. 345, os autos foram devolvidos à Comarca de Origem em 23/05/2014, conforme certidão de fls. 361 TJ, onde o Juízo *a quo* determinou 'a ciência às partes quanto ao retorno dos autos' em 28/11/2014, fls. 362 TJ.

Entretanto, observo que da certidão da Secretaria da Segunda Vara da Comarca de Canarana, assinada em 05/12/2014 pela Escrivã Sra. Soani Solange Wesolowski, que da publicação do DJE n° 9434 constou como 'patronos habilitados para receberem intimações' 'ANTONIO CARLOS DE SOUZA e MARCIO ROGÉRIO PARIS', 'representando o polo passivo', sic, fls. 363/364.

Evidencia-se assim que realmente houve FALHA ESCUSÁVEL na publicação do DJE N° 9434, de 09/12/2014, quanto ao nome dos treze novos Causídicos representantes do Banco do Brasil nos autos do PROC. N° 824-55/2008 (ou 156/2008) — COD. 17617, que receberam o SUBSTABELECIMENTO 'COM RESERVAS DE IGUAIS' de fls. 311 TJ, notadamente o Advogado que assinou o requerimento de fls. 308, DR. NAGIB KRUGER — OAB/MT 4.419, com relação apenas à ciência do retomo dos autos à Comarca de Origem.

Tal falha escusável, entretanto, deixou de existir,

quando da publicação do segundo despacho do Juízo *a quo*, de fls. 368, lançado em 10/02/2015, onde se determinou a correção do registro, da distribuição e autuação do feito, 'para constar no sistema APOLO TJMT que se trata de ação em fase de cumprimento de sentença.', determinando-se ainda a intimação da 'parte devedora para efetuar o pagamento do débito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento), nos termos do artigo 475-J do CPC e prosseguimento do feito com a expropriação de bens. Intime-se. Cumpra-se, servindo esta de MANDADO.', sic.

Com efeito, à fls. 370 se lê da certidão datada de 14/05/2015 da Sra. Escrivã Soani Solange Wesolowski que os Advogados do Executado Banco do Brasil S/A são: ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA, MÁRCIO ROGÉRIO PARIS, ORIVAL GRAHL e MARCOS EDMUNDO MAGNO PINHEIRO, este último o Advogado que assinou em 16/09/2010 o Substabelecimento 'COM RESERVAS DE IGUAIS' de fls. 311 TJ, aos treze novos Advogados, inclusive o Subscritor da petição de fls. 308, DR. NAGIB KRUGER - OAB/MT 4.419.

Embora não tenha sido certificado pela Sra. Gestora da Segunda Secretaria da Comarca de Origem, logo em seguida à certidão acima, o número do DJE e a página onde foi publicado o segundo despacho, em consulta efetuada por esta Relatora Convocada, foi encontrado na página 744 do DJE nº 9498, disponibilizado em 17/03/2015, impresso em anexo, parte integrante deste voto, constando apenas os quatro nomes dos Advogados do Banco do Brasil citados acima e expressamente mencionados na certidão da Sra. Escrivã, inclusive do Advogado que assinou o Substabelecimento ao DR. NAGIB KRUGER 'com reservas de iguais', de fls. 311 TI, Dr. MARCOS EDMUNDO MAGNO PINHEIRO.

Ora, sabe-se que a outorga de procuração a novo Advogado pela Parte, acarreta revogação tácita dos mandatos anteriores somente se não houver a ressalva em sentido contrário, v.g., 'com reservas de iguais', o que não se aplica ao caso presente.

Ressalta-se que quando foi requerida a juntada do dito Substabelecimento, o processo encontrava-se na fase de apresentação de recursos para Instâncias Superiores, tanto que no dia 20/02/2011 o referido Causídico Substabelecido apresentou as contrarrazões do Banco do Brasil ao RECURSO ESPECIAL interposto pelo Apelado (fls. 312 a 317), até o seu trânsito em julgado ocorreu em 22/04/2014 (fls. 361).

Além disso, constato que o Subscritor da petição de fls. 308, DR.

NAGIB KRUGER — OAB/MT 4.419, não requereu expressamente que todas as intimações futuras fossem efetuadas 'somente' na sua pessoa ou 'apenas' nas pessoas dos treze novos advogados que receberam o substabelecimento 'com reservas de iguais' do Advogado DR. MARCOS EDMUNDO MAGNO PINHEIRO, o qual foi intimado do despacho do Juízo de Primeiro Grau para que o Banco Apelante efetuasse o pagamento do débito apresentado pelo Credor Apelado, através do DJE nº 9498, página 744, disponibilizado em 17/03/2015, impresso em anexo, parte integrante deste voto.

O acolhimento das razões do recurso especial, a fim de demover as conclusões da Corte de origem e, com isso, caracterizar a ocorrência de cerceamento de defesa, demandaria reexame de matéria fática, o que esbarra no óbice contido na Súmula 7 do STJ.

A propósito:

INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 568 DA SÚMULA DO STJ E DO ART. 255, § 4º, INCISO III, DO RISTJ. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 263, § 1º, DO CPC/1973. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 320, II, DO CPC/73. DECISUM EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

I - Nos termos do enunciado n. 568 da Súmula desta Corte Superior e do art. 255, § 4º, inciso III, do RISTJ, o relator está autorizado a decidir monocraticamente quando houver jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça. Assim, não há que se falar em ilegalidade relativamente a este ponto.

II - Em relação à indicada ofensa do art. 236, § 1º, do CPC/1973, verifica-se que o Tribunal *a quo* assentou-se no acervo probatório dos autos para entender pela regularidade dos atos de intimação e ausência de cerceamento de defesa.

III - Para rever tal posição e interpretar o dispositivo legal indicado como violado seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial por óbice da Súmula n. 7/STJ IV - No que se refere à alegação de violação do art. 320, II, do CPC/1973, constata-se que o

Tribunal de origem, diferente do que arguiu o recorrente, afastou a aplicação do efeito material da revelia.

V - Infere-se que o decisum vergastado encontra-se em consonância com a jurisprudência do STJ.

VI - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.698.727/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 23.8.2018, DJe 29.8.2018.)

Segundo a jurisprudência desta Corte, "é válida a intimação de apenas um dos advogados constituídos, mesmo com pedido expresso de intimação nominal de todos eles" (EDcl no Ag 1.235.256/MG, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 13.8.2013, DJe 2.9.2013).

No mesmo sentido é o entendimento da Corte Especial do STJ:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ARTIGO 535 DO CPC. OMISSÃO E ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO EMBARGADO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. CARÁTER INFRINGENTE. INTIMAÇÃO EXCLUSIVA. PEDIDO NO NOME DE DOIS ADVOGADOS. PUBLICAÇÃO REALIZADA NO NOME DE UM DOS REQUERENTES. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

(...)

2. Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, "Não há nulidade na intimação levada a efeito em nome de um dos advogados da parte, ainda que tenha havido requerimento para que constasse da publicação o nome de dois advogados" (AgRg na SLS 1.012/PB, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, Corte Especial, DJe 29/10/09).

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no CC 133.191/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 15.10.2014, DJe 28.10.2014.)

Desse modo, estando o acórdão recorrido em conformidade com a jurisprudência do STJ, incide a Súmula 83 do STJ.

Por fim, a demonstração do dissídio jurisprudencial não cumpriu o disposto nos artigos 541 do Código de Processo Civil de 1973 e 255 do Regimento

Interno do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que o recorrente deixou de evidenciar a semelhança entre os fatos considerados pelo acórdão recorrido e o panorama de fato do paradigma invocado, sem o necessário cotejo analítico entre os casos.

Ausente, pois, a demonstração de que os casos confrontados tenham se assentado em bases de fato similares e adotado conclusões opostas sobre idêntica questão jurídica, requisitos fundamentais para o conhecimento do recurso fundado na alínea "c" da Constituição Federal.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários advocatícios em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de concessão de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora